

Os profetas do Congresso

GAUDÊNCIO TORQUATO

10 ABR 1995

O Brasil tem na Presidência um homem muito preparado, um professor de alto nível, com visão abrangente e profunda das questões nacionais e internacionais, um dos melhores quadros políticos do Congresso; figura respeitada nos palcos acadêmicos e intelectuais. O Brasil também encontrou a "porção mágica", chamada real, que o tirou do fundo do poço da inflação. O autor de tal façanha foi nada mais nada menos o mesmo homem que hoje dirige o País: poderíamos concluir, então, que estamos com a faca e o queijo na mão. E que a situação seria, doravante, mais tranqüila. Conclusão errada.

As coisas estão ficando cada vez mais difíceis, a "porção mágica" está ameaçada de contaminação, o diálogo com os parlamentares se transforma em tiroteio verbal, em função das pressões por cargos e divergências a respeito da reforma constitucional, o clima das ruas começa a ficar carregado e um certo pânico corre pelas malhas do mercado financeiro, carregando boatos e muita especulação. Pensava-se que o País ingressara no horizonte da estabilidade, mas a ciclotímia reapareceu com a crise das importações e a taxa de 70% sobre os importados. Tudo volta ao estado antigo. A abertura econômica levou uma queda. A terra do presidente competente está girando de modo capenga. Por que isso está ocorrendo?

Vamos por partes. O primeiro nó que aperta a corrente está fincado no coração do Governo e tem um nome: excesso de confiança. O

presidente FHC confiou demais em sua capacidade de levar as coisas para frente. Como todo mestre acreditando na máxima do magister dixit (professor falou, tá falado), o Presidente pensou que a simples remessa das propostas de reforma ao Congresso fosse suficiente para acelerar o processo de sua aprovação. A altivez professoral se superpreendeu com a reação dos alunos (no caso, os parlamentares). A política é um jogo de recompensas. As bancadas que apóiam o Governo sentem alijadas do Poder. Faz três meses que o Governo não consegue satisfazer os partidos. Eles reagem, refutando as teses governamentais. E encontram respaldo na sociedade, como tem sido com sua reação à reforma da Previdência. Aposentados somam suas energias aos contingentes ativos e pedem aos deputados que não a aprovem.

O segundo nó é formado pelo estilo auto-suficiente de ministros, como José Serra. Centralizador, amigo do rei, Serra decide tudo sozinho e, mais que isso, parece o dono da política econômica. Mexe com o Orçamento, vai fundo nos cortes, insatisfaz governantes estaduais e parlamentares e gera tensão no próprio time administrativo, ao invadir a seara do ministro Malan. Serra fechou as portas para o diálogo político. Malan, por sua vez, é um técnico, tímido, e pouco afeito ao jogo político. O trator Sérgio Motta, ministro das Comunicações, forma a tríade do poder central, junto com Serra (Planejamento) e Clóvis Carvalho (Gabinete Civil). Mas seus olhos estão muito centrados no crescimento do PSDB. A

crítica mais comum ao estilo geral do Governo é de que há muito bacharelismo e pouco jogo de cintura. Amadorismo seria a palavra mais adequada.

A base de sustentação do Governo está rachada. Os discursos dos partidos governistas são dissonantes. E a equipe pisa em ovos. Qualquer palavra de ordem de um líder de partido grande pode derrubar uma proposta governamental. Bastaria, por exemplo, que o líder do PMDB, Michel Temer, se pronunciasse contrário à reforma da Previdência, para que tudo fosse por água abaixo. E é o próprio Michel que clama mais clareza nas propostas governamentais, quando indaga sobre o sentido exato do conceito flexibilização. Em resumo, a formulação do Governo está recheada, mas a operação deixa a desejar.

Os parlamentares têm mostrado ânimo e disposição para trabalhar. A sociedade quer participar. As ruas se energizam e os grupos mais organizados começam a redescobrir Brasília. O Governo há de abrir e encontrar uma fórmula que encontre ressonância na sociedade. Nem tudo que é necessário pode ser feito. Os poderes constituídos precisam administrar os conflitos de interesses e focar sua ação sobre o plano das possibilidades. A melhor reforma é a reforma possível. O Governo precisa descer do pedestal, ter mais modéstia e abandonar a "síndrome de Deus". Assim reclamam os "profetas" do Congresso.

■ Gaudêncio Torquato é professor da Universidade de São Paulo